



ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS  
DO MARANHÃO

# INFORMATIVO dia-a-dia

ano 3 • nº 30 • setembro de 2009



## Gestão compartilhada na AMMA

Os 11 novos membros do Conselho de Representantes da AMMA tomaram posse no dia 31 de agosto, em solenidade realizada no Gran São Luís Hotel. Na ocasião, foi realizada a primeira reunião do grupo de conselheiros eleitos pelas Regionais, que terão a missão de compartilhar com a Diretoria Executiva as tomadas de decisões durante o biênio 2009/2010.

Perante membros da Diretoria Executiva, presidida pelo juiz Gervásio Santos, foram empossados os conselheiros Adelvan Nascimento (Regional de São Luís), Nelson Rego (Regional de São Luís), Márcio Brandão (Regional de São Luís), Marilse Medeiros (Regional de Bacabal), Rodrigo Nina (Regional de Santa Inês), Marco Antonio Oliveira (Regional de Imperatriz), Paulo de Assis Ribeiro (Regional de Pinheiro), Andréa Perlmutter (Regional de Chapadinha), Marcelo Oka (Regional de Presidente Dutra) e Maria do Socorro Barros (Aposentados).

O ato também contou com a presença dos juízes Nilo Ribeiro Filho (2º vice-presidente), Antonio Luiz Almeida (Ouvidoria) e da juíza Márcia Chaves (tesoureira-adjunta). Logo após a posse, os conselheiros realizaram a primeira reunião, que resultou em importantes deliberações para a magistratura. **Página 3**

### AMMA sorteia passagens aéreas para o Congresso

A AMMA não tem medido esforços para garantir a presença do maior número de associados no XX Congresso Brasileiro de Magistrados, que acontecerá em São Paulo, no mês de outubro. A mais nova promoção foi o sorteio de passagens aéreas para quatro associados. **Página 4**

### Inscrições para o Prêmio AMMA 2009 começam em outubro

A Diretoria Executiva já está trabalhando nos preparativos para a grande festa do Prêmio AMMA 2009, que será no dia 18 de dezembro, a partir das 20h30, no Buffet Panette, localizado na avenida dos Holandeses. Inscrições começam em outubro. **Página 5**

### Associados aprovam Nota Pública sobre a Meta 2

Os associados da AMMA, reunidos em Assembleia Geral no Fórum do Calhau, no dia 29 de agosto, aprovaram a divulgação de Nota Pública na qual a entidade manifesta sua preocupação com o cumprimento da Meta 2 fixada pelo CNJ. **Página 7**

## O conselho de representantes

A consolidação de uma gestão compartilhada cujos atos da Diretoria Executiva são planejados, discutidos e avaliados por um conjunto de associados escolhidos de forma democrática para tal função. É esta a missão do Conselho de Representantes da AMMA, um modelo de atuação administrativa democrática e transparente, iniciado em setembro de 2007, cujo primeiro mandato se encerrou em agosto, com saldo positivo.

O êxito do Conselho Regional de Representantes da AMMA é o exemplo claro de que uma administração democrática oferece melhores resultados. Em dois anos de atuação, os primeiros gestores eleitos pelas bases da magistratura estadual maranhense atuaram de forma competente, auxiliando a Diretoria Executiva nas principais tomadas de decisões.

Um novo grupo, composto por 11 conselheiros eleitos, assume, agora, o posto para continuar o grandioso trabalho que já vinha sendo desenvolvido pelos seus antecessores. Tarefa árdua, é claro, devido às peculiaridades da missão, porém gratificante, pela importância dos atos que serão deliberados.

Nesta edição, o leitor do Informativo Dia-a-Dia conhecerá as primeiras deliberações do novo Conselho de Representantes, reunido no dia 31 de agosto, que atuará ao lado da Diretoria Executiva durante o biênio 2009/2010.

Rico em notícias, o Informativo Dia-a-Dia oferece ainda aos seus leitores um panorama sobre os principais atos realizados pela AMMA durante o mês de agosto; as últimas novidades sobre o Congresso Brasileiro de Magistrados, que acontecerá em São Paulo, em outubro; informes sobre a Meta 2; entrevista; e as revelações do magistrado convidado desta edição para enriquecer o Espaço do Aposentado.

**Aproveite e boa leitura!**

## Ações da AMMA são apresentadas aos futuros juizes do MA



*Gervásio apresenta a AMMA aos futuros juizes*

Os candidatos aprovados no último concurso para o cargo de juiz substituto do Maranhão receberam no dia 24 de agosto a visita do presidente da AMMA, Gervásio Santos, durante o curso de preparação para o ingresso na magistratura, que está sendo realizado na Esmam.

Foi um momento de troca de informações sobre o funcionamento da AMMA, suas ações, estrutura e principais objetivos. Na ocasião, todos foram convidados a associar-se, na condição de sócios honorários.

Os futuros juizes receberam das mãos do presidente Gervásio Santos um kit contendo os últimos exemplares do Informativo Dia-a-Dia, além de folders de programas realizados pela entidade e sobre o plano de saúde Assefaz, que garante a todos os associados as melhores redes de atendimento médico e hospitalar do país.

Acompanhado do juiz Ferdinando Serejo, que ministra aulas na Esmam, Gervásio Santos explicou aos alunos o eixo principal da atuação da AMMA, que abrange não apenas a defesa institucional que assegura as prerrogativas da magistratura, como também questões que tenham por objetivo a melhoria da prestação jurisdicional à sociedade, que cobra do Judiciário serviço célere e eficiente.

Um dos pontos enfatiza-

dos por Gervásio foi a importância do associativismo no âmbito da magistratura, lembrando que apenas o esforço individual do juiz não conseguirá vencer os desafios de forma a garantir um trabalho eficiente. Segundo ele, por mais boa vontade que um juiz tenha, não conseguirá, sozinho, atingir o nível de excelência exigido pela sociedade. Para que chegue a este patamar, é necessário melhorar as condições de trabalho. “Um magistrado isolado é um magistrado fragilizado”, ressaltou.

O presidente da AMMA também fez um breve relato da evolução do Judiciário a partir de 2002, quando as condições de trabalho dos juizes começaram a melhorar, ressaltando o papel de destaque que a AMMA desenvolveu, não se furtando das discussões e dos embates, quando necessários.

“Quem ganhou com este processo de evolução foi a magistratura e a sociedade. Isso prova que quando os desafios são grandes, só nos unindo é que conseguiremos vencê-los”, destacou o presidente da AMMA.

A receptividade dos futuros juizes à Associação dos Magistrados não poderia ser melhor. De imediato, manifestaram interesse em associar-se, na condição de sócios honorários, a partir de quando terão direito aos convênios e programas desenvolvidos.

## expediente

Jornal Dia-a-Dia é o informativo mensal da Associação dos Magistrados do Maranhão - AMMA. Rua do Egito, 351 - Centro - CEP: 65010-190.

Fones: (98) 3221-4414 / 3232-1947 / 3231-8073

E-mails: amma@amma.com.br • ammaimprensa@gmail.com

### **Diretoria Executiva:**

Gervásio dos Santos Júnior (presidente)  
José Brígido Lages (1º vice-presidente)  
Nilo Ribeiro Filho (2º vice-presidente)  
José Pereira Licar (3º vice-presidente)  
Lícia Cristina (secretária-geral)  
Márcio do Carmo (secretário-adjunto)  
Carlos Henrique Veloso (tesoureiro-geral)  
Márcia Chaves (tesoureiro-adjunto)

### **Conselho Fiscal - Titulares:**

Sidarta Gautama Maranhão  
Rosângela Praseres  
Roberto Abreu  
Andrea Permutter  
Holidice Barros

### **Conselho Fiscal - Suplentes:**

Antônio Luiz Almeida  
Vicente Ferreira Lopes  
Larissa Tupinambá Castro

### **Jornalista Responsável:**

Jacqueline Barros Heluy - DRT 750 MA

### **Fotos:**

Biné Moraes

### **Projeto Gráfico:**

Ideia Propaganda & Marketing

### **Diretor de Arte:**

Márcio Veiga

### **Diagramação:**

Wemerson Macêdo

# Empossado o novo Conselho da AMMA



Novos conselheiros da AMMA são empossados e realizam a primeira reunião

A AMMA já tem novo Conselho de Representantes. A posse dos eleitos pelas Regionais foi efetivada no dia 31 de agosto, em solenidade realizada no Gran São Luís Hotel. Na ocasião, foi realizada a primeira reunião do grupo de conselheiros, que têm por objetivo compartilhar com a Diretoria Executiva as tomadas de decisões durante o biênio 2009/2010.

Perante membros da Diretoria Executiva, presidida pelo juiz Gervásio Santos, foram empossados os conselheiros Adelvan Nascimento (Regional de São Luís), Nelson Rego (Regional de São Luís), Márcio Brandão (Regional de São Luís), Marilse Medeiros (Regional de Bacabal), Rodrigo Nina (Regional de Santa Inês), Marco Antonio Oliveira (Regional de Imperatriz), Paulo de Assis Ribeiro (Regional de Pinheiro), Andréa Perlmutter (Regional de Chapadinha), Marcelo Oka (Regional de Presidente Dutra) e Maria do Socorro Barros (Aposentados).

O ato também contou com a presença dos juízes Nilo Ribeiro Filho (2º vice-presidente), Antonio Luiz Almeida (Ouvidoria) e da juíza Márcia Chaves (tesoureira-adjunta).

Um dos primeiros tópicos tratados na reunião foi apresentado pelo conselheiro Paulo de Assis Ribeiro, referente ao pleito formulado

por alguns juízes à Presidência do Tribunal, solicitando aumento do valor da ajuda de custo nas promoções e a concessão do mesmo benefício nas remoções a pedido.

Após a apreciação de quatro propostas, uma apresentada pela Diretoria da AMMA e as demais pelos juízes Nelson Moraes Rego, Paulo de Assis e Marco Antonio, os conselheiros deliberaram que a AMMA deve encaminhar ao Tribunal pedido de aumento no valor da ajuda de custo equivalente ao mínimo de 50% e ao máximo de 100% do subsídio, mediante a comprovação das despesas gastas com a promoção ou remoção.

Outra importante deliberação do Conselho foi no sentido de que a AMMA requeira à Presidência do

## Formação de Tribunal Arbitral

Durante a reunião, foram formadas duas comissões. A primeira, composta pelos juízes Nelson Moraes Rego e Maria do Socorro Barros, está incumbida de elaborar e apresentar na próxima reunião do Conselho um estudo sobre a viabilidade de criação de um Tribunal Arbitral vinculado à AMMA, composto por juízes aposentados.

A segunda comissão, formada pelos conselheiros Paulo de Assis e Rodrigo Nina, ficou encarregada de apre-

sentar na próxima reunião uma proposta sobre formas de compensação financeira de juízes substitutos quando deslocados de suas zonas judiciárias originais.

Foi deliberado ainda que as reuniões do Conselho de Representantes serão realizadas bimestralmente nas datas fixadas para os dias 16 de outubro e 14 de dezembro de 2009, 5 de fevereiro, 12 de abril, 11 de junho, 30 de agosto, 8 de outubro e 3 de dezembro de 2010.



O Conselho tem uma atuação fundamental na AMMA, pois é formado por colegas eleitos com a missão de defender não apenas os interesses de suas regiões, como de toda a magistratura.

**Paulo de Assis Ribeiro**



O Conselho transmite a opinião dos magistrados que estão afastados de São Luís, vivendo a realidade de suas comarcas. Representa a uniformidade do pensamento do magistrado.

**Marco Antonio Oliveira**



É uma caixa de ressonância dos demais associados que estão distantes da sede e um canal de ligação entre a Diretoria Executiva, a Presidência e os associados.

**Marcelo Oka**



O Conselho tem uma importância muito grande dentro do associativismo da magistratura, tanto no apoio às deliberações da Diretoria Executiva quanto no sentido de atuar junto aos juízes de diferenciadas regiões do estado.

**Nelson Moraes Rego**

# Sorteio de passagens para o Congresso



Sorteio de passagens foi realizado durante a Assembleia Geral no Fórum do Calhau

A Associação dos Magistrados Brasileiros já está na reta final dos preparativos para o XX Congresso Brasileiro de Magistrados, que se realizará em São Paulo, no período de 29 a 31 de outubro. No âmbito estadual, a AMMA não tem medido esforços para garantir a participação do maior número de associados, oferecendo promoções especiais.

A mais recente oferta da AMMA consolidou-se no

dia 29 de agosto, durante a assembleia geral, quando foi realizado o sorteio de passagens aéreas para São Paulo, do qual participaram todos os associados que efetuaram inscrição até o dia 28 de agosto. Foram contemplados os juízes Talvick Ata de Freitas, Antonio Luiz Almeida, Nirvana Mourão Barroso e Maria da Conceição Mendonça.

Além das passagens aéreas, a AMMA também está oferecendo um bônus no

valor de R\$ 300,00, a título de reembolso, a todos os associados que confirmarem presença no maior evento da magistratura brasileira.

O reembolso será efetivado no mês de novembro, sob a condição de que o sorteado demonstre sua participação em qualquer ato do Congresso. Somente o associado que for sorteado terá direito ao reembolso, não estendendo o benefício aos seus acompanhantes. A AMMA contem-

plará com o reembolso 25 magistrados associados.

As promoções não param por aí. A AMMA também vai ofertar dois notebooks às duas associações estaduais que tiverem maior número de associados inscritos no congresso. As inscrições com desconto encerram-se no dia 1º de setembro, mas os interessados ainda podem se inscrever nos sites da AMB ([www.amb.com.br](http://www.amb.com.br)). A programação científica e cultural está imperdível.

## AMMA disputará prêmio nacional

A AMMA vai concorrer ao Prêmio Nacional de Estatísticas Judiciárias, na categoria Organização Judiciária, com o estudo “Maranhão em Números”, divulgado em julho deste ano. O concurso foi instituído pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em maio de 2009, por meio da Resolução nº 78, com o objetivo de estimular, reconhecer e premiar instituições judiciárias, bem como jornalistas, pesquisadores e outros profissionais de comunicação, cujos trabalhos tenham contribuído para o aprimoramento da gestão e transparência nas instituições judiciárias.

Realizado a partir da análise do resultado apresentado no relatório “Justi-

ça em Números”, do CNJ, o estudo da AMMA revelou dados importantes sobre o Judiciário maranhense e foi adotado como modelo de aferição em várias Comarcas do Maranhão e por outras Associações Regionais.

Ao instituir o Prêmio Nacional de Estatísticas do Judiciário, o CNJ considerou, dentre outros pontos, a necessidade de implantar, em âmbito nacional, a padronização dos dados estatísticos e de viabilizar o acesso público às informações e indicadores do judiciário brasileiro, permitindo que este tenha melhor

conhecida sua real contribuição à sociedade.

O Prêmio tem por objetivo, ainda, contribuir para que as estatísticas e indicadores levantados possam ser utilizados no aprimoramento da gestão

e na transparência das instituições judiciárias, além de ser uma forma de reconhecimento e estímulo para os órgãos que fazem uso da estatística como instrumento de apoio ao planejamento e à correção de eventuais problemas.

O concurso também pretende reconhecer e premiar pesquisadores e jornalistas

que possam contribuir, por meio da utilização de dados estatísticos em teses, dissertações, pesquisas acadêmicas, artigos e reportagens, para a divulgação do funcionamento do sistema judiciário.

O certame está dividido em três categorias: Órgãos Judiciários, Pesquisadores e Jornalistas. A premiação ocorrerá em fevereiro de 2010, após análise dos trabalhos pela Comissão Julgadora, composta por três membros da Comissão de Estatística do CNJ. Os órgãos do Judiciário premiados receberão placas de Menção Honrosa e as categorias Pesquisadores e Jornalistas, premiação no valor de R\$ 15.000,00.

A AMMA vai concorrer ao Prêmio com o estudo “Maranhão em Números”

# Vem aí o Prêmio AMMA 2009



Os associados já podem começar a preparar os seus projetos para a tão aguardada disputa do Prêmio AMMA de Melhores Práticas do Judiciário, edição 2009. A Diretoria Executiva já está trabalhando nos preparativos da grande festa de confraternização de final de ano, que marcará a entrega dos prêmios aos vencedores. O evento já tem data e local confirma-

dos: será no dia 18 de dezembro, a partir das 20h30, na Panette, localizada na avenida dos Holandeses.

Esta será a terceira edição consecutiva do Prêmio AMMA, que já se firmou no calendário de eventos do Judiciário maranhense. Na primeira versão, em 2007, foi vitoriosa a juíza Susi Ponte de Almeida, com a prática "Justiça Itinerante nos Povoados: em busca

da efetivação da Cidadania e do Acesso à Justiça". No ano passado, a primeira colocação coube aos juízes Antonio Luiz Almeida e Roberto Abreu que, juntos, concorreram com o projeto "Secretaria Laboratório".

O Prêmio AMMA de Melhores Práticas do Judiciário é um instrumento para destacar e difundir práticas bem sucedidas da Justiça maranhense que estejam contribuindo para a modernização e a efetividade da prestação jurisdicional no estado. O objetivo é identificar, difundir e estimular a realização de ações de modernização no âmbito do Poder Judiciário estadual que contribuam para a qualidade, acessibilidade e agilização da prestação jurisdicional.

O regulamento seguirá os mesmos critérios de

anos anteriores, podendo concorrer juízes estaduais que sejam associados à AMMA. As inscrições dos trabalhos poderão ser efetuadas no período de 5 de outubro a 4 de dezembro, a partir de quando começarão a ser analisados por uma comissão julgadora, instituída pela Diretoria Executiva e composta pelo desembargador Paulo Velten e pelos juízes José Ribamar Costa e Francisca Galiza.

O processo de avaliação dos trabalhos obedecerá aos critérios de eficiência, qualidade, criatividade, ineditismo, satisfação do usuário, alcance social e desburocratização. As três melhores práticas vencedoras receberão prêmios no valor de R\$ 2.500,00, R\$ 1.500,00 e R\$ 1.000,00, respectivamente, por ordem de classificação.



Magistrados vencedores do Prêmio AMMA 2007



Antônio Luís, vencedor do prêmio AMMA 2008, ao lado de Gervásio

## Inovações democráticas no site

Como parte da política implementada no setor de comunicação voltada à transparência dos seus atos, à valorização dos seus associados e ao estímulo ao debate, a AMMA está disponibilizando em seu site mais um canal de diálogo. Trata-se da ferramenta "Comente", por meio da qual qualquer usuário do site poderá enviar seu comentário sobre cada uma das notícias postadas.

Para postar o comentário, o usuário deverá abrir o conteúdo da notícia que

lhe interessa e, ao final, clicar sobre o ícone "Comente". Se for associado, será solicitado o número do CPF e, caso não seja, deverá informar apenas o seu e-mail. No quadro que aparecerá abaixo, o comentário deverá ser escrito e enviado.

Todos os comentários das notícias postadas no site são avaliados por um moderador, cuja responsabilidade está a cargo do juiz Ferdinando Serejo e, em seguida, são liberados. O objetivo da AMMA, ao

oferecer mais este serviço na área de comunicação, é estimular a troca de informações entre os seus associados e a sociedade.

Outra importante novidade implantada pelo setor de comunicação é o "SIGA A AMMA NO TWITTER". Lançada em agosto na grande corrente mundial de informação virtual, a AMMA já conta com mais de 50 seguidores no Twitter, a maioria juízes, entidades e representantes de outras categorias da área jurídica.

Para quem ainda não

conhece, o Twitter é uma rede social que permite aos usuários enviar e ler, por meio da web, atualizações pessoais e de outros contatos, em textos de até 140 caracteres, conhecidos como "tweets". Com apenas um clique, qualquer pessoa no mundo virtual poderá seguir a AMMA e manter-se bem informada. Para se tornar também um seguidor da AMMA, basta clicar no banner que se encontra na página principal do site e cadastrar-se.

# Prisão não é solução para a criminalidade



*O juiz Douglas de Melo Martins, recém-promovido para a Comarca de São Luís, tem conseguido, pela persistência e dedicação com que ao longo dos anos abraçou a causa dos encarcerados no Maranhão, tornar-se uma referência na área de Execução Penal brasileira. A experiência organizacional implantada por ele na 1ª Vara de Pedreiras e a administração do método APAC no presídio da cidade, dentre outros feitos, foram o passaporte para que o CNJ o indicasse coordenador do mutirão carcerário no estado da Paraíba, cujos resultados são apresentados nesta entrevista ao Dia-a-Dia.*

**Qual o resultado do mutirão realizado sob a sua coordenação na Vara de Execução Penal do estado da Paraíba?**

**Douglas Martins** - O Mutirão teve seu início no dia 6 de julho e se encontra em fase de conclusão, com previsão de término para 15 de setembro, depois da análise de quase nove mil processos. Como legado deste trabalho, estamos deixando a Vara saneada, virtualizada e organizada, tendo como modelo de organização a 1ª Vara de Pedreiras.

**Quantos profissionais estiveram envolvidos neste trabalho?**

**Douglas Martins** - Trabalhamos com 10 juízes, seis promotores de Justiça, 15 defensores públicos e 15 servidores.

**Após ter conhecido tão de perto a situação prisional de um outro estado do Nordeste, o senhor diria que a realidade do Maranhão é semelhante ou pior?**

**Douglas Martins** - A situação prisional dos diversos estados é muito parecida. Prisões lotadas, relatos e provas de tortura e direitos dos presos completamente esquecidos pela dificuldade de funcionamento das Varas. Embora tenhamos muitas semelhanças, há um fato interessante que eu pretendo estudar

mais adiante, que é o seguinte: o Maranhão tem o dobro da população da Paraíba e quase a metade de presos. Enfim, proporcionalmente, o Maranhão tem três vezes menos presos que a Paraíba e a criminalidade daqui não é superior a de lá. Isso é um dado que serve de reflexão para aqueles que pensam que a solução para a criminalidade está em prender mais. Se assim fosse, não teríamos tanta criminalidade na Paraíba. Imagine se prendêssemos três vezes mais que o que prendemos aqui e continuássemos com a mesma criminalidade? E os custos de tanta prisão? E os resultados para a sociedade? Tudo isso é motivo de reflexão.

**A que o senhor atribui o fato do CNJ ter optado pelo seu nome, dentre tantos magistrados, para coordenar este trabalho na Paraíba?**

**Douglas Martins** - Penso que a minha escolha é uma homenagem ao trabalho de vários juízes do Maranhão na área de Execução Penal. Eu fui escolhido para simbolizar esse grupo.

**Na sua avaliação, mutirões como o da Paraíba, semelhante ao que foi realizado pelo CNJ no Maranhão, realmente ajudam a solucionar o grande gargalo existente no sistema de Execução Penal no país?**

**Douglas Martins** - Penso que sim. O Mutirão é um grande marco na relação

da justiça com o sistema prisional. Nós, juízes, saímos da mera constatação da falência do sistema para a postura proativa de solucionar esse problema. Penso que esse é o mais importante projeto do CNJ.

**Quais os principais problemas do sistema prisional brasileiro?**

**Douglas Martins** - A superlotação nos presídios é um grande problema, que decorre da falta de atenção do Poder Executivo para com esse tema, mas é também decorrente da ineficiência do próprio Poder Judiciário. Muitos presos passam mais tempo que o necessário nas prisões, porque os benefícios previstos na Lei de Execução Penal não são concedidos nos prazos corretos. Isso também contribui para a superlotação. Além disso, penso que a violação dos direitos humanos e a tortura, em particular, também podem ser postas como graves problemas a serem enfrentados.

**Que sugestões o senhor aponta como soluções para tais problemas?**

**Douglas Martins** - O Poder Executivo precisa criar vagas em pequenos presídios regionais ou municipais, conforme proposto pelos colegas Roberto de Paula, José Costa e Fernando Mendonça. Além disso, é preciso modernizar e organizar as Varas Criminais e de Execução Penal. Paralelo a tudo isso, é preciso repensar a prisão como suposta solução para a criminalidade. Existem dados que comprovam que prender mais e mais pessoas não resolve o problema da criminalidade e da violência. Só para exemplificar com dados com os quais tenho convivido nos últimos dias, a Paraíba tem três vezes mais presos que o Maranhão em termos proporcionais e a criminalidade e violência são semelhantes nos dois estados. A conclusão é que, mesmo se prendêssemos três vezes mais, ainda assim, sequer amenizaríamos a violência. Esses são dados que devem servir para reflexão da magistratura brasileira. Sei que esses dados por si só não são capazes de explicar a situação, mas são um ponto de partida e uma boa questão para uma investigação científica sobre a utilidade da prisão.

# AMMA cobra ação do TJ para Meta 2

Os associados da AMMA, reunidos em Assembleia Geral no Fórum do Calhau, no dia 29 de agosto, aprovaram a divulgação de Nota Pública na qual a entidade mani-

festa sua insatisfação com as recentes determinações da administração do Poder Judiciário estadual, relacionadas ao cumprimento da Meta 2 e da Recomendação

24 do Conselho Nacional de Justiça.

No documento, elaborado por uma comissão de três juízes instituída durante a Assembleia, a AMMA cobra

da administração do Tribunal um plano de ação viável e a estruturação das comarcas, de forma a possibilitar que as metas fixadas pelo CNJ sejam alcançadas.

## Nota Pública

A Associação dos Magistrados do Maranhão - AMMA, em razão da deliberação dos seus associados reunidos em Assembleia Geral, no dia 29 de agosto de 2009, no Salão do Tribunal do Júri do Fórum Desembargador Sarney Costa, vem a público manifestar a sua insatisfação com as recentes determinações da administração do Poder Judiciário estadual, relacionadas ao cumprimento de exigências do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, nos seguintes termos:

1) A AMMA reconhece a importância de que sejam fixados objetivos institucionais que permitam uma prestação jurisdicional eficiente, célere e efetiva. Entretanto, compete à administração do Judiciário maranhense, antes de exigir dos juizes um esforço extraordinário, inicialmente, traçar um plano de ação viável, bem como dotar as Varas e Comarcas do Estado das condições materiais e de pessoal que possibilitem atingir a Meta 2 e a Recomendação 24 do CNJ.

2) Cumpre registrar que o atendimento das Recomendações e Metas propostas pelo CNJ é obrigação institucional, de sorte que a omissão no fornecimento dos recursos necessários ao cumprimento desses objetivos impõe a responsabilidade à própria administração do Judiciário. Portanto, esta entidade associativa não aceitará a transferência de responsabilidades para a esfera individual do juiz, tendo em vista que, embora o Tribunal de Justiça, na pessoa de seu presidente, tenha assumido o compromisso de cumprir a Meta 2 desde o dia 16 de fevereiro de 2009, não adotou com antecedência as medidas necessárias para alcançar esse fim.

3) A AMMA recomenda aos juizes e juizas maranhenses, que não disponham de condições de trabalho para o cumprimento dos objetivos fixados pelo CNJ, que informem, de forma circunstanciada, as suas carências, necessidades e exigências à administração do Tribunal de Justiça, inclusive com o fim de prevenir responsabilidade de natureza pessoal.

Por fim, a Associação dos Magistrados do Maranhão reafirma o seu compromisso com a prestação jurisdicional de qualidade e se coloca à disposição da Presidência do Tribunal e da sua Corregedoria Geral de Justiça para colaborar na elaboração de um plano de ação conjunto, com indicação precisa dos meios necessários para que as Metas e Recomendações fixadas pelo CNJ sejam alcançadas.

São Luís, 29 de Agosto de 2009  
Juiz Gervásio Protásio dos Santos Júnior  
Presidente da AMMA

## Corregedoria divulga Plano de Ação

A Corregedoria Geral de Justiça, após inúmeros pleitos formulados pela AMMA, finalmente divulgou o Plano de Atuação do Judiciário maranhense para o cumprimento da Meta 2 fixada pelo CNJ. O cronograma define diretrizes que deverão ser adotadas pelos juizes para a conclusão, até 31 de dezembro deste ano, de 55.944 processos incluídos na Meta, que tramitam em todo o estado.

O Plano de Atuação define quatro diretrizes estratégicas. São elas: a) os juizes devem agilizar o cumprimento das precatórias envolvendo a instrução dos processos que integram a Meta 2; b) até 100 processos, o juiz será, em princípio, o responsável por atingir a Meta 2; c) acima desta quantidade de processos, o juiz será consultado para informar se precisará de auxílio; e d) serão formados grupos de comarcas próximas que necessitam de auxílio para o atendimento da Meta 2, com a constituição de núcleos voltados para trabalhar nos processos, formados por magistrados que não tenham acúmulo de processos, além de analistas judiciários e técnicos judiciários desses magistrados.

Ficou definida, ainda, a realização de mutirões processuais nas Comarcas de Imperatriz, Montes Altos, Porto Franco, Estreito, Itinga, Açailândia, Balsas, Alto Parnaíba, Riachão, Tasso Fragoso, Barra do Corda e Grajaú, no período de 21 de setembro a 2 de outubro de 2009.

No período de 5 a 16 de outubro, os mutirões serão realizados nas Comarcas de Caxias, Coelho Neto, Codó, Pedreiras, Santa Inês, Pindaré, Rosário, Icatu, Itapecuru, Pinheiro, Bequimão, São Bento, Santa Helena e Alcântara.

Na Comarca de São Luís, as atividades relacionadas à Meta 2 já foram iniciadas, com o apoio do diretor do Fórum, juiz Sebastião Joaquim Lima Bonfim, ficando os trabalhos relacionados aos feitos da área Cível sob a coordenação do juiz Josemar Lopes Santos; de Família, sob a coordenação do juiz José Ribamar Castro; da Fazenda, do juiz Carlos Henrique Velloso; e da área Criminal, do juiz Ronaldo Maciel.

Os trabalhos também contam com a participação dos alunos da Escola da Magistratura do Maranhão, que estão frequentando o Curso de Formação de Juizes, que integra a última etapa do

concurso público para o provimento de cargo de juiz de direito substituído do estado.

A Corregedoria garantiu que já encaminhou e-mails aos juizes para que informem a necessidade de apoio à realização de audiências designadas ou para a prolação de sentenças, nas hipóteses em que tramitem nas Varas mais de 100 processos da Meta 2. Os magistrados deverão designar de imediato as audiências, concentrando-as, conforme o caso, no período de 21 de setembro a 2 de outubro de 2009 ou de 5 a 16 de outubro, informando a pauta para a Corregedoria pelos e-mails [rbogea@tjma.jus.br](mailto:rbogea@tjma.jus.br) e [chefgab\\_cgj@tjma.jus.br](mailto:chefgab_cgj@tjma.jus.br).

O cronograma para cumprimento da Meta 2 no Maranhão já foi comunicado pela Corregedoria à Procuradoria Geral do Estado, à Defensoria Pública e à Corregedoria Geral do Ministério Público, solicitando-lhes que colaborem com a presença e a participação de membros dessas instituições, a fim de que possam ser julgadas até o final deste ano todas as que ingressaram em juízo até o ano de 2005.

# “Não tenho apego a dinheiro e poder”

A luta incansável por uma sociedade justa e democrática levou o então juiz Carlo Nina, na época titular da Comarca de Imperatriz, a tomar uma decisão impensada para a maioria dos membros do Judiciário brasileiro: a aposentadoria com apenas cinco anos de exercício da magistratura.

Foi uma decisão muito bem pensada, porém fácil para quem se diz desprovido de qualquer apego ao dinheiro e ao poder. O exercício da magistratura tinha se tornado incompatível com as aspirações daquele inquieto juiz que já havia sido jornalista, advogado e promotor de Justiça. Carlos Nina ingressou na magistratura em 1991, passando por mais de nove Comarcas até optar por encerrar a carreira em Imperatriz. Três anos antes, havia sido aprovado em outro concurso, também para juiz do Maranhão, mas não assumiu por estar, à época, no exercício da Presidência da seccional da OAB-MA.

O juiz aposentado Carlos Nina é assim - inquieto, polêmico e motivado por ideais. Pretendia concretizar uma das aspirações que o motivaram a se tor-



Carlos Nina relata um pouco da sua história como magistrado

nar juiz, ou seja, dar uma conotação política à magistratura. Não conseguiu e, sem qualquer cerimônia, abandonou a carreira, retornando à advocacia.

Ele conta que, naquela época, a magistratura maranhense era muito fechada. “Entre com a intenção de ficar, mas logo percebi que era incompatível.” Quando juiz em Imperatriz, Carlos Nina promovia debates dentro do Fórum com a participação da comunidade. O objetivo era promover a educação política da sociedade, tendo como foco principal a discussão sobre o papel do Judiciário. Chegou a ser advertido por um colega, que o brindou com

a seguinte frase: “O Tribunal não está gostando disso”. Foi então que chegou à conclusão de que estava perdendo tempo.

## AVALIAÇÃO DA AMMA

A avaliação que Carlos Nina tem hoje do Judiciário maranhense é bem positiva. Ele atribui parte desse avanço ao trabalho que a AMMA vem desenvolvendo. “Para a minha alegria, a Associação dos Magistrados faz hoje exatamente aquilo que eu queria que fosse feito dentro do Judiciário há 20 nos”.

Carlos Nina lembrou de outra grande decepção. Ao retornar ao exercício da advocacia, constatou que a

OAB, instituição que desenvolveu um grande trabalho no Brasil, também entrou em um processo de acomodação e se transformou em uma entidade elitizada, que se preocupa apenas com os seus dirigentes. “Na verdade, os dirigentes é que fazem com que a Ordem só sirva para eles e se distancie da sociedade”, explicou.

Para Carlos Nina, a AMMA é um exemplo extraordinário de atuação em defesa dos magistrados. “A diretoria não trabalha para os diretores e nem para uma elite, trabalha para todos os seus associados.”

Como aposentado da magistratura, Carlos Nina não para. Além da advocacia, está concluindo doutorado em arbitragem marítima em Buenos Aires, atua no Instituto dos Advogados e na Academia Jurídica, está na luta pelo resgate da OAB-MA, além de ser editorialista de vários jornais.

Para os colegas aposentados da magistratura, ele dá um conselho: “Ninguém vive só de aposentadoria, é preciso ter algum sentido na vida e este sentido só se encontra servindo, prestando um serviço a alguém”.

## Associados reforçam ações da Diretoria

A Assembleia Geral dos associados da AMMA tomou importantes deliberações para a magistratura e a entidade. Um delas foi a aprovação por unanimidade da prestação de contas do exercício financeiro de 2008. A aprovação foi efetuada após o balancete ser detalhado ponto a ponto pela contadora da AMMA e pelo diretor financeiro, Carlos Veloso.

Na ocasião, o presidente Gervásio Santos expôs detalhadamente aos associados todos os procedimentos que resultaram na venda da sede do Olho

d'Água e de que forma o montante dos recursos será empregado na construção do novo complexo social e administrativo, no Calhau. Também foi explicado o andamento da votação do projeto que trata do subsídio dos ministros do STF, em pauta na Câmara Federal, e como a AMB e outras entidades da magistratura estão atuando junto aos parlamentares para que a matéria seja aprovada o mais breve possível.

Foram transmitidas, ainda, informações aos associados acerca de reiterados pedidos encaminhados pela

AMMA ao Tribunal de Justiça, pleiteando que sejam garantidas condições de trabalho nas unidades judiciais, notadamente no que se refere aos equipamentos de informática. Diante do que foi exposto, os associados deliberaram que a AMMA encaminhe ao CNJ pedido de providências solicitando a elaboração de um plano de gestão para a área de informática do Judiciário maranhense.

A Assembleia Geral também ratificou a decisão da Diretoria Executiva de ingressar naquele órgão para garantir um Analista Judi-

ciário a todas as Varas de entrância intermediária e às Comarcas de entrância inicial que tenham distribuição mensal superior a 50 ações.

Por fim, os associados deliberaram que a AMMA pleiteie ao Tribunal a publicação imediata de quais critérios serão adotados para o preenchimento das vagas pelos juizes aprovados no último concurso público, bem como a ordem de vacância das comarcas, como forma de prevenir que seja suscitado, posteriormente, qualquer favorecimento.